

Crise e inércia

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, preocupa-se com a paralisia do Congresso. O ministro, que não crê em Deus nem por isso descrê do sobrenatural, pois confia piamente (pe-lo menos diz que confia) na capacidade de reabilitação do Governo Itamar Franco.

O destino político imediato do ministro, afinal, depende disso: da capacidade de Itamar vencer a inércia e mobilizar o Congresso em torno de um plano econômico. Essa a parte mais duvidosa do empreendimento. Mais difícil que quebrar a apatia do Governo Itamar ou mesmo que vencer a inflação, é retirar, neste momento, o Congresso do estado de choque catatônico em que o colocou a CPI do Orçamento.

Teoricamente, Fernando Henrique tem alguma razão. Afinal, o Governo tem mais de um ano de mandato pela frente e dispõe de um plano econômico, que considera consistente, contra a inflação. Mas não basta. Não há vontade política no Congresso para aprovar o ajuste fiscal. Não há também ambiente para detonar o processo de revisão constitucional. As denúncias de corrupção atingiram o coração da instituição e esfacelaram o quadro partidário.

As lideranças já não lideram coisa alguma. Os partidos hoje estão divididos entre acusados, acusadores e intimidados. Até aqui, não há sinais de que o Governo tenha conseguido alterar o ambiente de indiferença que cerca o processo de revisão constitucional. Mais que indiferença, há temor. E este deriva do fato de que as esquerdas, sobretudo o PT, que comandam o processo acusatório na CPI, exploram o desgaste da imagem do Congresso para deter a revisão.

A CPI do Orçamento colocou no banco dos réus duas dezenas de parlamentares.

Isso foi suficiente para criar um impasse: como impedir que pessoas sob suspeita fossem excluídas da revisão, se não há um processo sumário de cassação? Quando se buscava um meio de afastar informalmente esses parlamentares surgiu o dossiê da empreiteira Norberto Odebrecht, ampliando em quase uma centena o número de acusados. A seguir, dá-se a prisão e retorno de PC Farias, com a perspectiva de novas acusações envolvendo mais parlamentares.

Nesse ambiente de acusações e suspeitas generalizadas, o Congresso está em estado de choque, indiferente aos apelos patéticos do ministro da Fazenda. O dossiê da Odebrecht provavelmente levará à CPI das Empreiteiras, que envolverá também o Poder Executivo. E a CPI do Orçamento pode atravessar o mês de dezembro. Na sequência, há a CPI da CUT. E suma, a única coisa previsível nesse mar de CPIs, é que a turbulência não cessará tão cedo.

Impunidade — O ex-governador da Bahia, Nilo Coelho, atropelou, propositalmente um fotógrafo, diante das câmeras de televisão, em Salvador, há três meses, causando diversas fraturas na vítima. Foi punido apenas com a perda temporária da habilitação. Como é um homem rico, passará a ser atendido por um motorista em plena liberdade.

O governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima deu três tiros à queima-roupa em seu adversário Tarcício Burity, que estava desarmado e almoçando. E continua solto, governando o estado, sem ser incomodado por ninguém, como se nada houvesse acontecido.

Moral da história: nenhuma. São histórias absolutamente sem qualquer moral e que mostram que a impunidade ainda prevalece.